

01 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Ministro da Justiça sinaliza que trocará comando da PF

Em posse, Torquato Jardim afirma que Lava Jato 'não depende de pessoas'

## Ele negou que sua nomeação servirá para que o governo tenha mais controle sobre a PF e as investigações

Em meio a notícias de que foi nomeado para blindar o governo Michel Temer da Lava Jato, o novo ministro da Justiça, Torquato Jardim, disse nesta quarta (31) que a operação independe de quem comanda a Polícia Federal e sinalizou que não deve manter o diretor-geral da corporação, Leandro Daiello, no cargo.

"Seja quem for na Operação Lava Jato, na Polícia Federal, no Ministério Público Federal, o programa continuará. Ele não depende de pessoas", disse o ministro após sua cerimônia de posse.

De acordo com Jardim, a Lava Jato é "um programa de Estado, não de governo", e, portanto, não depende da atuação de agentes específicos. Por isso, prosseguiu o ministro, ele vai "conhecer e conversar" com o chefe da PF antes de analisar possíveis mudanças, que podem ocorrer em "dois meses" ou mais.

Daiello, por sua vez, participou da cerimônia de posse do novo titular da Justiça, e, questionado pela **Folha** se sairia ou não do posto, afirmou: "Não sei. Essa pergunta não é para mim".

A aliados o diretor-geral da PF diz que não quer passar a impressão à corporação de que está sendo conivente com o governo numa ação de frear a Lava Jato, que investiga Temer e oito de seus ministros. Auxiliares do presidente já começaram a dizer, nos bastidores, que Daiello está desde 2011 no cargo e já manifestou o desejo de sair.

Pelo menos nas duas últimas trocas na Justiça, pasta à qual a Polícia Federal está subordinada, Daiello comentou com pessoas próximas que talvez fosse o momento de deixar o posto, o que foi interpretado como uma espécie de discurso "vacina", visto que ele não se anteciparia à decisão dos novos ministros de tirá-lo do cargo.

Jardim, por sua vez, afirmou que uma eventual troca na direção da PF não significaria uma freio à Lava Jato e que o tempo de permanência de Daiello à frente da corporação não será considerado critério para substituí-lo.

Questionado se ele descartaria, então, mudanças, o ministro foi evasivo e disse que o mundo "não é maniqueísta ou personalista".

Jardim deve viajar na sexta (2) com Daiello a Porto Alegre, para a posse do novo superintendente local da PF, e debaterá o tema. "São quatro horas ida e volta. Dá para conversar", disse Jardim.

Em seu discurso, o ministro da Justiça disse que "em nenhum momento" afirmou ter qualquer intenção de "blindar" a Lava Jato e negou as especulações de que sua nomeação servirá para que o governo tenha mais controle sobre a PF e as investigações.

## TSE

Após a cerimônia, ainda sem ser perguntado, Jardim disse que rebateria questões que haviam aparecido na imprensa desde que seu nome foi anunciado para o ministério, principalmente no que diz respeito à influência que poderia ter sobre o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A corte, da qual Jardim fez parte na década 1990, julgará, a partir de 6 de junho a ação que pode cassar a chapa Dilma-Temer.

De acordo com o ministro, se ele tivesse tanto "prestígio" diante dos tribunais superiores, voltaria para a advocacia e não assumiria o Ministério da Justiça.

E seguiu: "Se fosse para fazer alguma coisa nas sombras, eu continuava na Transparência", disse em referência ao ministério que ocupava antes de chegar à nova pasta.

(MARINA DIAS, GUSTAVO URIBE, CAMILA MATTOSO, BRUNO BOGHOSSIAN E DANIEL CARVALHO)

**CONTINUA**

01 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Minha experiência

? com segurança foi  
· assalto, diz ministro

O ministro da Justiça, Torquato Jardim, reconheceu que tem pouca familiaridade com o tema da segurança pública, que integra as responsabilidades de sua pasta. Ele disse que sua única experiência com o assunto foi já ter sido assaltado.

“A minha experiência com segurança pública foi ter duas tias e eu próprio assaltados. Em Brasília e no Rio. Quanto aos mais, eu vou estudar. A pasta é muito grande, ninguém chega lá conhecendo tudo.”

Com o aumento de casos de violência, Temer modificou em fevereiro o nome da pasta para Ministério da Justiça e da Segurança Pública, na tentativa de demonstrar que o tema é prioritário. A segurança era uma das principais críticas feitas à gestão de Osmar Serraglio, antecessor do novo ministro.

# FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

## O ministro assaltado

**BRASÍLIA** - Numa conversa monitorada pela Lava Jato, o senador Aécio Neves e o empresário Joesley Batista manifestaram um desejo comum: derrubar o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello. "Tem que tirar esse cara", disse o dono da JBS. "Tem que tirar esse cara", concordou o ex-presidenciável.

Ao assumir o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, o doutor Torquato Jardim deu esperanças aos investigados. Ele disse que a investigação "não depende de pessoas" e que o comando da PF está "sob avaliação". Quando uma repórter perguntou se ele descartava ou não a demissão de Daiello, o ministro desconversou: "Não cabe essa resposta. Eu também estou sob avaliação".

Se Torquato seguir a linha de sua primeira entrevista, o país pode esperar uma gestão rica em polêmicas. Instado a opinar sobre o foro privilegiado, ele sugeriu que o ministros do STF não têm experiência para lidar com ações penais. "Dos 11, [só] o ministro Fux foi juiz de primeira instância. É a primeira vez que estão tratando de um processo criminal", disse.

Questionado se tentará influenciar o julgamento da chapa Dilma-Temer, o ministro deu uma declaração curiosa: "Se eu tivesse toda essa influência no TSE e quisesse praticar algum ato nas sombras, eu continuaria no Ministério da Transparência".

Em outro momento, ele indicou que está disposto a comprar brigas no novo cargo. "Se eu não gostasse de conflito, seria pescador na Amazônia", justificou.

Diante das câmeras, Torquato revelou um temperamento imodesto. Disse que "viu nascer" alguns ministros do TSE e, ao citar Nelson Rodrigues, emendou que "só jornalistas antigos" saberiam quem ele foi.

O ministro só mudou de tom ao ser questionado sobre seu preparo para formular políticas de combate à violência, uma das principais atribuições da pasta que assumiu. "A minha experiência com segurança pública foi ter duas tias e eu próprio assaltados", informou.

01 JUN 2017

01 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Ex-ministro cita 'trôpegos estrategistas' de presidente

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), exonerado nesta quarta (31) do cargo de ministro da Justiça, escreveu uma carta de despedida na qual afirma que o presidente Michel Temer "sofreu pressões de trôpegos estrategistas".

O agora ex-ministro não detalha a origem e o objetivo dessas pressões, agradece ao presidente e elogia seu substituto à frente do Ministério da Justiça, Torquato Jardim, citando-o como "ilustre jurista".

"Não posso concluir esta quadra de minha história sem agradecer ao presidente Michel Temer, pela confiança que em mim depositou e porque sei das pressões que sofreu de trôpegos estrategistas", afirmou Serraglio.

Ele pretendia ler esta carta na cerimônia de transferência de cargo. No entanto, quando soube que ocorreria junto com a posse de Torquato como seu substituto, resolveu divulgar o comunicado.

Serraglio havia sido convidado por Temer a ocupar o Ministério da Transparência, numa troca com Torquato Jardim. No entanto, ele não aceitou.

O peemedebista, cuja gestão foi mal avaliada no Planalto, voltará para a Câmara, onde tem mandato. A consequência da decisão é que deixa de ser deputado Rodrigo Rocha Loures, que é suplente de Serraglio.

Ex-assessor da Presidência e próximo de Temer, Rocha Loures é investigado no Supremo Tribunal Federal no âmbito da delação da JBS.

01 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Fachin nega pedido e Temer terá que depor

PF poderá perguntar sobre áudio gravado

LETÍCIA CASADO  
REYNALDO TUROLLO JR  
DE BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), negou pedido do presidente Michel Temer para suspender depoimento à Polícia Federal.

Além disso, Fachin liberou a PF para fazer perguntas sobre o áudio gravado com Temer, às escondidas, por Joesley Batista, dono da JBS, e disse que, se quiser, Temer não precisa respondê-las, podendo ficar em silêncio.

“Ainda que não haja nos autos laudo pericial oficial atestando a fidelidade da gravação apresentada, poderá o requerente — seria desnecessário qualquer pronunciamento judicial nesse sentido — recusar-se a responder eventuais indagações que digam respeito ao diálogo em comento, sem que isso possa ser interpretado como responsabilidade penal”, escreveu o ministro na decisão.

Nesta quarta (31), a defesa de Temer pediu a suspensão de seu depoimento até a conclusão da perícia da Polícia Federal no áudio gravado por Joesley.

Para o caso de o pedido não ser atendido, os advogados solicitaram que Fachin orientasse a PF a se abster de formular perguntas sobre o conteúdo da gravação.

O áudio a que a defesa do presidente se refere foi gravado por Joesley em encontro com Temer na noite de 7 de março no Palácio do Jaburu. A gravação foi utilizada pelo empresário para negociar acordo de delação premiada com a Procuradoria Geral da República.

Como ainda não passou por perícia oficial, o áudio tem sido alvo de questionamentos da defesa de Temer, que chegou a contratar um perito que contestou seu valor como prova judicial.

O ministro Fachin autorizou na terça (30) a Polícia Federal a tomar depoimento de Temer por escrito.

A defesa trata a gravação como a principal prova que os investigadores têm contra Temer.

No diálogo, o presidente orienta Joesley a procurar o ex-assessor Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) para tratar de assuntos de interesse da JBS. Dias depois, Rocha Loures foi filmado recebendo da JBS uma mala com R\$ 500 mil em São Paulo.

Para a Procuradoria Geral da República, por outro lado, grampos e outros elementos comprovam a ligação de Temer com Rocha Loures, o que torna a gravação secundária para a continuidade das investigações.

01 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Senado aprova fim do foro para políticos

Texto, que tira de autoridades a possibilidade de serem julgadas pelo STF em crimes comuns, segue para a Câmara

**Supremo começou a discutir o tema nesta quarta, mas sessão foi interrompida e deve ser retomada nesta quinta**

O plenário do Senado aprovou nesta quarta (31), em segundo turno, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que põe fim ao foro privilegiado a políticos. O texto agora segue para apreciação da Câmara.

Embora a matéria estivesse pautada para votação há pelo menos três semanas, o assunto foi apreciado apenas nesta quarta, mesmo dia em que o STF começou a discutir a restrição do foro. A sessão do Supremo, no entanto, acabou sendo interrompida e será retomada nesta quinta (1º).

Nesta quarta, os senadores fizeram um acordo e retiraram do texto o trecho que autorizava a prisão em segunda instância de parlamentares. Foi mantida a redação atual da Constituição, que diz que “não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável”. As prisões de deputados, nesses casos, precisariam ser confirmadas por maioria da Câmara, e a dos senadores, pelo Senado, num prazo de 24h.

“É o caso do Delcídio [Almaral]”, disse Randolfe Rodrigues (Rede-AP), relator da proposta. Delcídio, ex-senador pelo PT de Mato Grosso do Sul, foi preso no fim de 2015 após ser flagrado tentando interromper as investigações da Lava Jato. A decisão

tomada pelo STF foi confirmada por maioria do Senado.

A PEC votada nesta quarta no Senado extingue o foro especial para todas as autoridades em casos de crimes comuns, com exceção dos presidentes da República, da Câmara, do Senado e do STF, além do vice-presidente da República. Estes continuariam a ser julgados pelo STF.

Todos os demais —incluindo ministros, parlamentares, governadores e prefeitos— poderiam ser processados na Justiça de primeira instância.

Pela lei atual, ministros, senadores e deputados federais só podem ser julgados pelo STF. Governadores e deputados estaduais só podem ser processados pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O STF deve retomar o julgamento do foro nesta quinta com o voto do ministro Edson Fachin. Se a maioria seguir o voto do relator o caso, ministro Luís Roberto Barroso, políticos terão foro privilegiado somente se o crime de que são acusados tiver sido cometido no exercício do mandato e tiver relação com ele.

O procurador-geral, Rodrigo Janot, manifestou-se a favor da restrição do alcance do foro. “Precedentes do STF apontam que a prerrogativa de foro visa garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não proteger a quem o exerce.” (TALITA FERNANDES, LETÍCIA CASADO E REYNALDO TUROLLO JR.)

## Para ambas as partes

Ganhou força no Congresso e no Judiciário a tese de que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) pode adotar uma solução salomônica ao julgar o pedido de cassação da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer. Os ministros não devem acolher a tese de separação das contas da campanha de 2014, mas sim a de que a ação teve seu objeto excessivamente ampliado no curso do processo. Haveria, aí, argumento para a absolvição, já que a acusação inicial não seria forte o suficiente para a cassação.

**Intramuros** A tese foi discutida após sessão da corte eleitoral desta terça (30). Em outros tribunais superiores, magistrados dizem que a falta de opção para o Planalto caso Temer perca o mandato pesa sobre o TSE.

**Unidos** A defesa de Dilma foi a primeira a contestar a adição, por exemplo, de delações da Lava Jato aos autos do TSE. Na reta final do processo, advogados de Temer colocaram peso no argumento e anexaram três pareceres sobre o assunto ao processo.

**Nada definido** Nenhum cenário, porém, é visto como definitivo. Há forte expectativa sobre a possibilidade de Temer ser alvo de uma denúncia da PGR. O ministro Edson Fachin, relator do caso no STF, deu 10 dias para o encerramento do inquérito. A defesa recorreu.

**Fala ou não?** O destino de Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor do presidente flagrado com uma mala de dinheiro, é outro ponto de interrogação. Uma delação forte teria impacto sobre aliados que querem debandar e só esperam por um argumento.

**Fala!** Rocha Loures é pressionado pela mulher, grávida de oito meses, a fazer delação. Ela avalia que sem mandato, sem foto e sem imunidade parlamentar, o marido está suscetível a eventual prisão.

**Não fala!** O pai do ex-assessor de Temer, porém, não quer que ele faça acordo. Nesse cenário, sua defesa trabalharia com tese semelhante à defendida pelo presidente: a de que ele foi vítima de uma "armação".

## MÔNICA BERGAMO PARA ENTENDER DIREITO

O professor Miguel Reale Junior lançou na terça (30), o livro "Código Penal Comentado", na Livraria da Vila da Alameda Lorena. Sua filha, Luciana Reale, o acompanhou no evento. Também participaram as advogadas Zulaiê Cobra Ribeiro, Camila Torres Cesar, Carla Junqueira e Judith Martins Costa. Passaram por lá ainda os advogados Claudio Tucci, Sergei Cobra Arbex e René Ariel Dotti, que foi com a mulher, Rosarita Dotti.

### DE CAMA

O ministro Herman Benjamin, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), caiu de cama com forte gripe e até suspeita de pneumonia. Ele é relator do processo de cassação da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer na corte.

### LEGÍTIMA DEFESA

A JBS prepara a defesa do acordo de delação premiada que firmou com a Procuradoria-Geral da República. E também da legitimidade do ministro Edson Fachin para homologar a negociação.

### EM REDE

Outros magistrados do STF (Supremo Tribunal Federal) questionam se Fachin deveria relatar o caso, já que ele nada tem a ver com a Lava Jato. Um dos argumentos que a JBS estuda apresentar é o de que o escândalo tem relação com outras investigações que já estavam no gabinete de Fachin, como a que apura esquema de propinas na Caixa Econômica Federal.

01 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO



I FESTIVAL BRASILEIRO DE PIADAS DE DUPLO SENTIDO SEM UM SEGUNDO SENTIDO



01 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Justiça Federal livra Alstom do crime de lavagem de dinheiro

Tribunal decide que não cabe acusação porque os recursos suspeitos saíram do caixa da multinacional

**No processo, empresa é acusada de ter pago R\$ 24,7 milhões em suborno para tucanos e funcionários públicos**

MARIO CESAR CARVALHO  
DE SÃO PAULO

Uso de bancos suíços, contas no Uruguai, empresas offshores baseadas em paraísos fiscais e pagamento a consultores que não prestaram serviço algum.

Esse roteiro pode sugerir lavagem de dinheiro, mas a Justiça federal decidiu excluir essa acusação a um ex-presidente da Alstom porque o dinheiro saiu do caixa da multinacional francesa. Se o recurso usado teve origem lícita não há lavagem, de acordo com a decisão.

Os réus do caso continuam a responder pelo crime de corrupção. Mas, como a pena de corrupção é menor do que a de lavagem, há possibilidade de o caso prescrever.

A decisão sobre lavagem de dinheiro foi tomada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, nesta terça (30), no julgamento de um recurso em ação penal na qual a Alstom é acusada de ter pago propina a políti-

cos do PSDB e funcionários públicos para conquistar um contrato de fornecimento de subestações de energia elétrica para o Metrô.

O caso remonta a 1990, quando a Eletropaulo assinou um aditivo de R\$ 181,3 milhões, em valores atualizados, para a compra das subestações de energia.

A Alstom é acusada de ter pago R\$ 24,7 milhões em propina por meio de oito empresas offshore para evitar uma nova concorrência e reativar um contrato de 1983, que já não tinha validade.

Na maioria dos contratos de consultoria, as empresas não conseguiram comprovar por que receberam os recursos da Alstom.

Um dos acusados de ter recebido propina, Robson Marinho, foi chefe da Casa Civil no governo de Mário Covas e é um dos fundadores do PSDB.

Marinho, que foi afastado do Tribunal de Contas do Estado por causa das suspeitas, responde a um processo similar no STJ (Superior Tribunal de Justiça) porque goza de foro privilegiado por ser conselheiro do tribunal. Documentos suíços mostram que ele recebeu US\$ 3,059 milhões, o que ele nega.

O Tribunal Regional Fede-

ral decidiu que, por mais caminhos tortuosos que o dinheiro percorra, não há crime de lavagem se o montante teve origem lícita e saiu do caixa da Alstom francesa.

“Sempre que há offshores os procuradores incluem o crime de lavagem no meio, mas isso não é automático porque offshore não é necessariamente ilegal”, afirma o advogado Alberto Toron, que defende o ex-presidente da Alstom Jonio Foigel.

A decisão do TRF foi tomada no caso de Foigel, mas deverá ser estendida para outros dez réus porque são casos similares.

Só um dos réus tem um caso de lavagem muito diferente, porque usou familiares para tentar ocultar os recursos.

A suspeita de corrupção da Alstom no caso do governo paulista foi revelada em 2008 pelo jornal “Wall Street Journal”. A acusação do Ministério Público Federal, no entanto, só foi apresentada quase seis anos depois, em 2014.

## OUTROLADO

A Alstom diz em nota enviada à **Folha** “que colabora com as autoridades sempre que solicitada, porém informa que ainda não foi notificada desta decisão e por essa razão não pode comentar.”

01 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Comissão aprova texto que prevê diretas

Aval foi dado pela CCJ do Senado, mas para regra ter validade, é preciso a aprovação do plenário das duas Casas

**Com a PEC, voto popular escolheria presidente no caso de o cargo ficar vago nos três primeiros anos do mandato**

TALITA FERNANDES  
DE BRASÍLIA

A proposta que prevê a realização de eleições diretas em caso de vacância da presidência da República nos três primeiros anos de mandato foi aprovada por unanimidade nesta quarta (31) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado.

Apesar do avanço do projeto, uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), na comissão, ainda é necessária sua aprovação em dois turnos no plenário da Casa e na Câmara. Não há previsão sobre quando será a nova votação pelos senadores.

De acordo com a proposta, no caso de os cargos de presidente e vice-presidente da República ficarem vagos nos três primeiros anos de mandato, os novos ocupantes passam a ser escolhidos por votação popular.

Pela regra atual, eleições diretas ocorrem apenas quando a vacância se der na primeira metade do mandato. Para os dois anos finais passa a ser realizada eleição indireta, no Congresso.

Há uma outra PEC sobre o mesmo assunto em tramitação na Câmara. A oposição não conseguiu ainda iniciar a discussão da proposta, de autoria do deputado Miro Teixeira (Rede-RJ), que está na

CCJ da Casa.

Reportagem da Folha de domingo (28) mostrou que a maioria do Congresso é contra mudar a Constituição para convocar eleições diretas caso o presidente Michel Temer, que enfrenta crise política desde a delação da JBS, deixe o poder. Nessa eventualidade, deputados e senadores querem manter a exclusividade de escolher quem comandará o país até dezembro de 2018.

Durante a discussão da matéria na CCJ do Senado, nesta quarta-feira, houve divergência entre os senadores sobre a partir de quando as regras da PEC votada poderiam ser aplicadas.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ), relator do texto na CCJ, apresentou uma especificação para que as regras passem a valer imediatamente no caso de saída do presidente Temer, por exemplo.

No entanto, o petista recuou depois de o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) defender o texto original, sem essa modificação.

Segundo o tucano, o artigo 16 da Constituição Federal diz que as mudanças em regras eleitorais têm validade imediata após sua aprovação, mas só podem ser aplicadas em pleitos que sejam realizados um ano após a mudança.

O texto aprovado não tem nenhuma especificação sobre quando as novas regras podem ser aplicadas. Portanto, será necessária uma interpretação do artigo constitucional.

Mesmo sem garantias de que a regra valerá numa even-

tual saída de Temer, o PT, que faz oposição ao governo e defende eleições diretas se Temer sair, comemorou o resultado da CCJ.

“Eu estou convencido de que o movimento na sociedade vai crescer. Há um impasse sobre eleição indireta. Tem deputados defendendo que seja uma eleição unicameral, e os senadores não aceitam. Ou seja, tem polêmica. Enquanto isso, a gente vai tramitando essa PEC aqui”, disse Lindbergh.

## NO STF

Petistas entendem que a validade já seria questionada no STF (Supremo Tribunal Federal) e que, portanto, o avanço da matéria dá continuidade ao pleito por eleições diretas.

“Na minha avaliação, há uma larga jurisprudência do STF que não se aplica o [artigo] 16, que fala da anuidade eleitoral. Porque nós não mexemos no processo eleitoral. Foi em virtude disso que eu recuei, porque para nós era muito mais importante uma decisão consensual da CCJ. Dá peso para essa matéria ser aprovada no plenário do Senado”, afirmou Lindbergh.

Já senadores da base deixaram a sessão alegando que não há com o que se preocupar. “O cargo não está vago e essas regras não valerão agora”, disse Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado.

“A PEC das Diretas, se for para o futuro, como tem que ser, eu defendo. Uma mudança para agora é inconstitucional”, ressaltou.

CONTINUA

01 JUN 2017

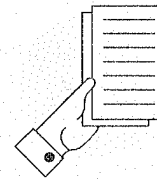
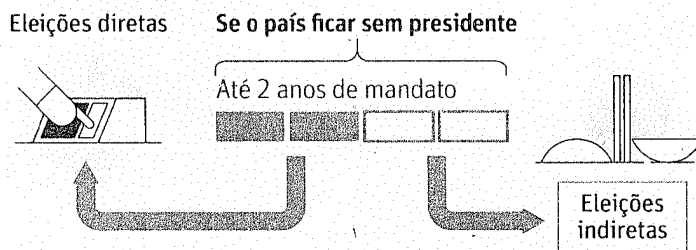
# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### DUAS DIRETAS

Câmara e Senado apresentaram PECs por eleições diretas caso a presidência fique vaga

### > COMO É HOJE

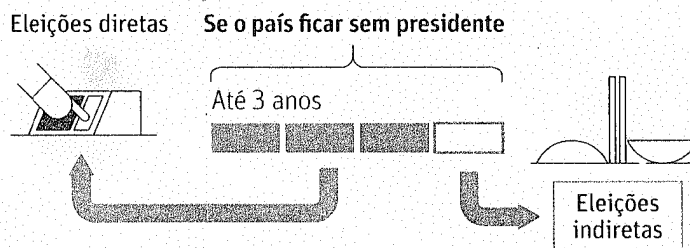


### COMO TRAMITAM AS PROPOSTAS

Para ser promulgada, uma PEC tem que passar

### > PROPOSTA DO SENADO

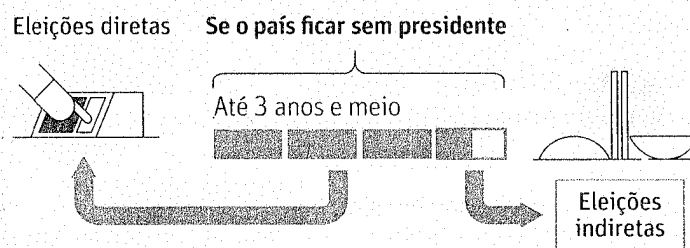
Por José Reguffe, sem partido-DF



Estágio: Aprovada na CCJ do Senado

### > PROPOSTA DA CÂMARA

Por Miro Teixeira, Rede-RJ



Estágio: Está na CCJ da Câmara, mas ainda não foi discutida

### SE APROVADAS, VALERÃO SE TEMER DEIXAR O GOVERNO?

Os textos das PECs não especificam isso. Segundo a Constituição, mudanças em regras eleitorais têm validade imediata. No entanto, só podem ser aplicadas em pleitos que sejam realizados um ano após a mudança na lei

1) Pela fase de comissões, na Câmara e no Senado

2) Nos plenários das duas Casas, em dois turnos de votação, com o apoio de pelo menos 60% dos deputados e senadores

3) Se senadores alterarem o texto da Câmara, ou deputados alterarem o texto do Senado, o trecho alterado volta para a casa de origem para nova votação.

4) Depois dessa tramitação, o texto vai à promulgação do presidente da República. **O presidente não pode vetar a PEC**

01 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça bloqueia bens de ex-prefeito de Londrina

Barbosa Neto, ex-secretário de Gestão, seis servidoras públicas e empresários são alvo de ação por suposto reajuste irregular de itens da merenda

Loriane Comeli  
Reportagem Local

**E**m razão da concessão supostamente indevida de reajuste de preços a itens da merenda escolar, o ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (2009 a 2012), o ex-secretário de Gestão Pública Cleberson Luciano Cândido, a empresa que forneceu os produtos, a Domingues & Kessa Ltda., de Maringá, e seu sócio proprietário, Valdir Domingues da Silva, e outros seis servidores públicos, estão sendo acusados de improbidade administrativa em ação interposta na última terça-feira (30) pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público.

Nesta quarta-feira (31), o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, deferiu liminar de indisponibilidade de bens de Barbosa, do empresário, da empresa, do ex-secretário e de um dos servidores. O montante bloqueado de cada um foi de R\$ 582 mil, correspondente ao valor atualizado da lesão ao erário – R\$ 388 mil – mais 50% a título de multa civil. Vieira deixou de bloquear os bens de cinco acusados (três servidores da Gestão Pública e as duas procuradoras que deram parecer

favorável ao reequilíbrio) por entender que não havia indícios concretos da participação deles na irregularidade.

A empresa foi a vencedora de lotes de um pregão realizado em janeiro de 2011 e contratada para fornecer, entre outros itens, peito de frango e carne bovina. Entretanto, em maio, apenas quatro meses depois de ter a proposta aprovada, a empresa solicitou reequilíbrio financeiro do contrato, requerendo um reajuste médio de 23%, com a alegação que houvera aumento de preço daqueles produtos. Em auditoria, a Controladoria-Geral do Município concluiu que o reajuste era indevido porque não houve qualquer motivo para justificar o aumento repentino e tampouco comprovação de que a empresa passou a pagar mais caro pelos produtos.

“A justificativa (da empresa) não foi comprovada documentalmente, uma vez que todas as notas fiscais apresentadas foram emitidas após a apresentação da proposta de preços no processo licitatório, inviabilizando a verificação da suposta alteração de preços no mercado que justificasse a concessão

de reequilíbrio econômico-financeiro”, escreveram os promotores Renato de Lima Castro e Ricardo Benvenhu, autores da demanda.

Mesmo sem a devida comprovação, narram os promotores, os agentes públicos – incluindo duas procuradoras e quatro técnicos da Secretaria de Gestão Pública – autorizaram o reequilíbrio do contrato. “Apesar de evidente a ilegalidade do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, os requeridos (...) prosseguiram a análise do pedido, desprezando o prazo exíguo entre a contratação e o pedido de concessão de reajuste de preços e a ausência de documentação comprobatória referente a necessidade de reequilíbrio, com o intuito de beneficiar ilicitamente a empresa.”

Para o juiz, “há indícios concretos de que os agentes públicos supramencionados, valendo-se do poder inerente a seus cargos, concorreram conscientemente para que se concedesse à empresa reajuste indevido”.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

01 JUN 2017

Explicou que a Lei de Licitações exige a comprovação da “superveniência de fatos imprevisíveis, ou mesmo previsíveis mas de consequências incalculáveis, que tenham rompido a relação custo-benefício levada em conta quando da elaboração da proposta vencedora na licitação”, escreveu o magistrado.

Na auditoria realizada no contrato, a Controladoria entendeu que diante da “economia estabilizada, não é razoável, aceitar pedido de reequilíbrio econômico-financeiro instruído com documentos (notas fiscais) emitidos com três, 28 e 30 dias após a apresentação de sua proposta”. Por isso, concluiu: “O processo evidencia que o requerente apresentou proposta abaixo dos preços praticados no mercado para sagrar-se vencedor do processo licitatório e, logo após, pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro”.

Barbosa Neto e Cândido não foram localizados. Barbosa teve o mandato cassado no dia 30 de julho de 2012 por infração político-administrativo (o ex-prefeito teria mantido dois vigias supostamente pagos com dinheiro da prefeitura, por meio de um contrato com uma empresa de vigilância, na emissora de rádio de sua família).

O empresário Valdir Domingues da Silva disse que desconhecia qualquer irregularidade, investigação ou processo relativo ao contrato. Afirmou que ainda hoje é fornecedor de produtos à prefeitura de Londrina e a outras prefeituras da região.

01 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

# Serraglio diz que Temer foi alvo de “pressões de trôpegos estrategistas”

Rubens Valente

Folhapress

**Brasília** - O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), exonerado nessa quarta-feira (31) do cargo de ministro da Justiça, escreveu uma carta de despedida na qual afirma que o presidente Michel Temer “sofreu pressões de trôpegos estrategistas”. O agora ex-ministro não detalha a origem e o objetivo dessas pressões, agradece ao presidente e elogia seu substituto à frente do Ministério da Justiça, Torquato Jardim, citando-o como “ilustre jurista”. “Não posso concluir esta quadra de minha história sem agradecer ao presidente Michel Temer, pela confiança que em mim depositou e porque sei das pressões que sofreu de trôpegos estrategistas”, afirmou Serraglio. Ele agradece também ao ministro Eliseu Padilha (Casa Civil), “que sempre me apoiou, compreendendo as dificuldades em que eu navegava”.

O ex-ministro também faz um agradecimento ao PMDB, partido pelo qual é deputado e “cujos companheiros tanto me prestigiaram” e “aos amigos da Frente Parlamentar da Agricultura e do cooperativismo, em relação aos quais fico seriamente sentido por pouco ter sido possível concretizar em tão breve tempo. Tínhamos muitas esperanças”. Na carta,

ele rebateu as críticas de que não recebia indígenas em seu gabinete, afirmando que os caciques eram uma “presença constante” no local.

Disse ter criado um grupo de trabalho “para agilizar os processos de demarcação de terras indígenas no âmbito do ministério”. “A previsão era de que os impasses relativos a este assunto fossem destravados e seguissem para um desfecho com a brevidade que a importância do assunto requer, respeitando o processo legal, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o que preconiza a Constituição”, afirmou o ex-ministro na carta.

Serraglio afirmou ter feito 347 audiências em seu gabinete no período em que foi ministro. Diz ter recebido 444 representantes políticos, dos quais 11 governadores, 35 senadores, 245 deputados federais de 16 partidos e 93 prefeitos.

O ex-ministro pretendia ler esta carta na cerimônia de transferência de cargo, antes prevista para acontecer no Ministério da Justiça. No entanto, quando soube que ocorreria junto com a posse de Torquato Jardim como seu substituto, no Palácio do Planalto, resolveu antecipar-se e divulgar o comunicado no início da tarde. Serraglio havia sido convidado por Temer a ocupar o Ministério da Transparência, numa troca com Torquato Jardim.

No entanto, ele não aceitou. Ele voltará para a Câmara, onde tem mandato de deputado federal pelo PMDB do Paraná. A consequência da decisão é a saída definitiva do deputado afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), alvo de inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) em razão da delação da JBS. Loures é suplente de Serraglio e assumiu o mandato do deputado após sua ida para o ministério.

### QUEDA PREVISTA

A saída de Serraglio da Justiça já era discutida desde o início da semana passada pelo peemedebista. A gestão dele vinha sendo criticada por auxiliares e assessores presidenciais pela falta de pulso firme e de resposta rápida diante do aumento de episódios de violência pelo país. Além disso, havia o receio de que ele fosse citado em delação premiada que tem sido negociada com o Ministério Público Federal pelo fiscal agropecuário Daniel Gonçalves Filho, apontado como o líder do esquema de corrupção descoberto pela Operação Carne Fraca. Em grampo divulgado em abril, Serraglio chamava Daniel de “grande chefe”. Ele telefonou em fevereiro ao fiscal, quando ainda era deputado federal, para obter informações sobre o frigorífico Larissa, de Iporã (PR).

01 JUN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GÉRALDO MAZZA



*O adiamento do pedido de censura a Sérgio Moro no Conselho Nacional de Justiça é prova de ativismo em todos os fronts)*

## **Bloqueios esperados**

Advogados do presidente Michel Temer tentam impedir o depoimento já fixado pelo ministro Edson Fachin com o argumento de que não pode figurar nas perguntas da Polícia Federal nada que se baseie na gravação da JBS por não estar periciada. É claro que há a cena do Rocha Loures com a mala cheia de dinheiro, como também a evidência de que o encontro com o dono da maior produtora de proteína animal do mundo se deu de forma pouco ortodoxa, bastante comprometedora para o chefe do governo.

A concessão do STF do depoimento escrito não deixa de ser menos chocante, até com forte sinal de fair play, mas é ato processual, investigatório o que por si sinaliza suspeição, claro que fortalecida pelo teor parcial das gravações tão questionadas. Isso permite evidenciar que em momento algum a presidência pareça ter desistido de lutar: por sinal que, são perceptíveis os sinais de fortalecimento da base aliada no avanço das reformas e seu agregado político mostra determinação e até ousadia.

Por escrito, o depoimento é menos tenso e as respostas naturalmente virão nutridas de uma retórica mais seca. Só falta a defesa pretender impugnar perguntas, como se isso fosse possível com a autoridade processante, no caso a polícia judiciária. De outro lado, como há conexão entre o caso do presidente e do seu ex-assessor Rocha Loures, este não pode ser preso, o que recriaria espaço para a prensa e dela a delação.

Se na queda de Dilma houve tempo para a resistência tantos os rituais, agora o ritmo pode ser mais rápido, o que não reduz a disposição dos governistas e aliados para barrar tudo. Visível também a campanha doutrinária nos jornais contra os procuradores ao lado de ações contra o comando da Polícia Federal. O adiamento do pedido de censura a Sérgio Moro no Conselho Nacional de Justiça é prova de ativismo em todos os fronts.

01 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA INFORME

### **Justiça liberta Agnelo Queiroz**

O desembargador Néviton Guedes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, decidiu nesta quarta-feira (31) libertar o ex-governador do Distrito Federal (DF) Agnelo Queiroz, que foi preso temporariamente na semana passada durante a Operação Panatenaico, da Polícia Federal. Agnelo é suspeito de participar de esquemas de superfaturamento em diversas obras no DF, incluindo a reconstrução do estádio Mané Garrincha para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, cujas fraudes teriam acarretado prejuízo de R\$ 1,3 bilhão aos cofres públicos.

### **Palocci tem nova derrota**

O ministro Luis Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), julgou incabível um habeas corpus pedido pelo ex-ministro Antonio Palocci, preso há oito meses, e do ex-assessor do petista Branislav Kontic, apontado por investigadores como operador de uma conta abastecida por propina da Odebrecht. Para Barroso, no entanto, não há ilegalidade flagrante ou abuso de poder que permita a concessão da ordem de habeas corpus. Além da concessão de liberdade, Palocci e Kontic queriam que o relator determinasse a realização imediata de julgamento dos pedidos de liberdade que eles haviam feito em ações que já tramitavam paralelamente na Corte.



01 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### CLAUDIO HUMBERTO

#### **PEC das diretas é inconstitucional, diz especialista**

Doutor em Direito Eleitoral e professor de Direito Constitucional, Clever Vasconcelos avisa: não haverá eleição direta, no caso de vacância da Presidência. Ele diz que a proposta de emenda que ontem recebeu parecer favorável da CCJ do Senado não resistiria a ação no Supremo Tribunal Federal. O artigo 81 da Constituição é claro ao determinar que as regras para qualquer eleição serão definidas até um ano antes.

#### **Amazonas ilegal**

Clever Vasconcelos também está certo de que é inconstitucional a eleição direta para governador do Amazonas, prevista para agosto.

#### **Inconstitucional**

O governador José Melo foi cassado pela Justiça Eleitoral, que marcou eleição direta do substituto em agosto. É inconstitucional, diz Clever.

#### **Princípio da simetria**

O especialista considera que a legislação estadual do Amazonas deve se subordinar à regra nacional fixada na Constituição brasileira.

### OPINIÃO DO LEITOR

#### **Redução de zonas eleitorais**

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) fixou critérios para a extinção de zonas eleitorais. Entidades ligadas à Justiça Eleitoral querem a suspensão da norma. Estudam medidas judiciais que possam ser tomadas. Acredito que se dá para extinguir é porque lá atrás, em época de vacas gordas, criaram zonas eleitorais desnecessárias por comodidade e porque quem paga o faz com dinheiro que não lhe pertence. A sociedade brasileira, em luta inglória, vem tentando diminuir o número de senadores, deputados, vereadores e suas verbas de gabinete extra salário. Estas medidas podem sobrecarregar políticos e a população pode ser prejudicada na falta de medidas em seu benefício, mas quem já teve de economizar sabe do sacrifício que é necessário. Por que juízes e promotores querem dificultar a implantação de medidas de contenção de gastos?

ILDO YUKIO MARUBAYASHI (agricultor) – Londrina

01 JUN 2017

Caso Jockey

## BEMPARANÁ

# Tribunal condena empresário

O Tribunal do Júri em Curitiba condenou, ontem, o empresário Athayde de Oliveira Neto a 14 anos e quatro meses e 24 dias de prisão em regime fechado. Promotor de um show de rock em 2003 ele foi responsabilizado pelas mortes de três adolescentes que foram pisoteadas. A sentença saiu no começo da noite de ontem. O julgamento começou na terça-feira. O acusado ainda

pode recorrer da sentença. Enquanto isso, pode permanecer em liberdade.

Ele foi condenado por dolo eventual e motivo torpe. Segundo a Promotoria, que fez a acusação ao empresário, ele assumiu o risco de produzir quando teria vendido uma quantidade de ingressos superior à capacidade do espaço, no Jockey Club de Curitiba, também não apresentou projeto necessá-

rio ao Corpo de Bombeiros e não pagou outras taxas relativas a grandes eventos.

No dia do show, houve confusão e atraso, e muitas pessoas com ingresso estariam do lado de fora do local do show. Houve invasão e confusão, e os três adolescentes acabaram pisoteados. Outras 50 pessoas teriam ficado feridas. O advogado do empresário avisou que vai recorrer da condenação.

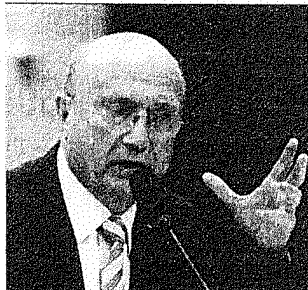
## Despedida

Demitido do Ministério da Justiça menos de três meses depois de nomeado, o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB/PR) atribuiu ontem sua queda a “pressões” de

“trôpegos estrategistas” que cercam o presidente. Serraglio foi nomeado no final de fevereiro para substituir Alexandre de Moraes, indicado para assumir uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) no lugar de Teori Zavascki - então relator do processo da Lava Jato - morto em um acidente de avião.

## “Trôpegos”

No domingo, o Palácio do Planalto anunciou sua demissão e a nomeação do então Ministério da Transparência, Torquato Jardim, para a Justiça. Em troca, ofereceu ao deputado o lugar de Jardim. Na terça-feira, Serraglio rejeitou o convite, preferindo voltar à Câmara, e



Agência Brasil

frustrando a estratégia do Planalto para manter o foro privilegiado do ex-assessor de , o deputado federal afastado, Rodrigo Rocha Loures (PMDB), filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil em propina do grupo JBS. “Não posso concluir esta quadra de minha história sem agradecer ao presidente , pela confiança que em mim depositou e porque sei das pressões que sofreu de trôpegos estrategistas”, afirmou Serraglio, na carta de despedida publicada no site do Ministério da Justiça.

## Índios

Serraglio também rebateu ainda as críticas de falta de atenção às questões envolvendo a população indígena e omissão em relação aos protestos da semana passada em Brasília. “Enquanto se dizia que não recebia índios, eles eram presença constante em meu gabinete”, disse. “Enquanto eu estaria ausente da última manifestação na Esplanada, não ardeei um centímetro do Palácio da Justiça, acompanhando os trabalhos comandados pelo general Santos Cruz e as ações da Força Nacional. Na invasão do Ministério, ali estava presente, colaborando com o Governo, para o sucesso de suas reformas”, garantiu.

01 JUN 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Mutirão carcerário reduz total de provisórios em 1,3 mil na Bahia

O mutirão carcerário realizado pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), entre 23 de janeiro e 20 de abril, revogou 1.385 prisões. O trabalho manteve custodiados outros 3.212 presos provisórios. A ação envolveu 211 magistrados. Os dados foram compila-

dos e, inicialmente, enviados para o CNJ.

Dos presos liberados, 657 tiveram medidas cautelares – quando o preso é posto em liberdade mediante uma série de obrigações – enquanto que outras 220 foram revogadas sem essas condições.

### Revogada liminar sobre dedução do Fundeb da Paraíba

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu pedido da União e revogou liminar concedida na Ação Cível Originária (ACO) 3005, que havia proibido a dedução do montante do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do Estado da Paraíba. A reconsideração levou em conta informações trazidas pela União no sentido de que a manutenção da liminar poderia gerar dano irreparável aos demais entes

federados participantes do fundo.

Segundo os autos, a Portaria MEC 565/2017, que divulga o demonstrativo de ajuste anual da distribuição dos recursos do fundo, referente a 2016, apurou como negativo o repasse destinado à Paraíba, que estava na iminência de sofrer um desconto de R\$ 35,1 milhões nas contas do Fundeb. Na ACO, o estado alega que o valor repassado em 2016 foi recebido de boa-fé e destinado à finalidade prevista na Lei 11.494/2007, que regulamenta o Fundeb.

### AGU não defenderá presidente Michel Temer no Supremo

A advogada-geral da União, Grace Mendonça, afirmou que a defesa do presidente Michel Temer no Supremo Tribunal Federal, no inquérito que investiga citação a ele na delação de executivos da JBS, será feita por um advogado particular, o criminalista Antonio Claudio Mariz de Oliveira, e não pelo órgão federal. A AGU, nesse processo, tem uma missão clara: ela representa judicial e extrajudicialmente a União e presta assessoramento jurídico ao Executivo. O advogado-geral tem a missão de fazer esse aconselhamento ao presidente da República.

### Benefício deve ser devolvido se liminar que o concedeu for revogada

O segurado da Previdência Social que recebe benefício por força de liminar obtida na Justiça deve devolver os valores recebidos caso a tutela antecipada seja posteriormente revogada. A decisão é da 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Em uma primeira análise, o colegiado havia negado a restituição, alegando que o benefício tem natureza alimentar e havia sido recebido com base em decisão judicial.

01 JUN 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **É nula venda de imóvel sem anuência do herdeiro antes da partilha**

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça confirmou decisão que anulou a venda de um imóvel objeto de inventário por ausência de manifestação de um dos herdeiros, que era o inventariante do espólio.

A ação proposta pelo espólio discutia instrumento particular de compra e venda de imóvel formalizado por uma pessoa só com a filha do morto e a viúva, mas sem participação de outro filho, nomeado inventariante no processo de inventário. Ele, então, pediu para anular todo o negócio.

O pedido foi julgado procedente em primeira instância. A sentença concluiu que, além da inexistência de escritura pública, um dos herdeiros não emitiu manifestação de vontade sobre o negócio jurídico, o que invalida a transação. A decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Por meio de recurso especial, a compradora do imóvel alegou que o negócio anulado pelas instâncias ordinárias se constituiu como promessa de compra e venda celebrada com as herdeiras, e não como cessão de direitos hereditários. Ela alegou também que a legitimidade do espólio para representar os herdeiros existiria apenas até a conclusão da partilha.

01 JUN 2017

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Temer dá posse a Torquato Jardim

O presidente Michel Temer empossou ontem o jurista Torquato Jardim como ministro da Justiça e Segurança Pública. Em cerimônia no Planalto, Temer disse que o Brasil vive momentos de “grande conflito institucional”, mas pediu que se deixe o Judiciário trabalhar “sossegado”, assim como os demais Poderes.

“O Brasil vive momentos de grande conflito institucional, porque não se dá cumprimento à ordem institucional. Precisamos, com celeridade, recuperar a institucionalidade do país. A recuperação significa a manutenção da ordem, cumprimento da lei”, disse o presidente, pedindo que o novo ministro colabore na manutenção dos “limites legais”.

“Quando se fala abuso de autoridade, [fala-se] como se abusar fosse abusar do fulano de tal que transitoriamente ocupa o cargo. Mas quem tem autoridade no Brasil é a lei. Então, toda vez que alguém ultrapassa limites legais, aí sim, está abusando da autoridade. Você, Torquato, com sua grande experiência, poderá colaborar muito neste instante que atravessamos. Não vamos nos impressionar com fato tal e qual. Vamos deixar o Judiciário trabalhar sossegado, deixar o Legislativo trabalhar sossegado, assim”, disse o presidente.

Torquato Jardim assume a pasta da Justiça após comandar, desde agosto do

ano passado, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que chefiava a Justiça, foi convidado a assumir o ministério deixado por Jardim, mas recusou o convite nesta terça-feira (30), informando que reassumiria o mandato na Câmara dos Deputados.

Serraglio não compareceu à posse de Jardim, nesta tarde. Com o retorno de Serraglio à Câmara, o ex-assessor especial de Temer Rodrigo Rocha Loures, que exercia mandato de deputado federal como suplente de Serraglio, fica sem mandato e perde o direito a foro privilegiado. Com isso, ele passaria a ser julgado na primeira instância do Judiciário. Rodrigo Rocha Loures foi gravado carregando uma mala com R\$ 500 mil que, segundo

a Polícia Federal, foi enviada pelo empresário Joesley Batista, dono do frigorífico JBS, como pagamento de propina. A mala e o dinheiro foram devolvidos.

Durante o discurso, Temer também agradeceu ao ex-ministro pela “seriedade” com que conduziu a pasta e desejou “pleno êxito” a Torquato Jardim.



01 JUN 2017

# TRIBUNA DO PARANÁ

## TRIBUNINHAS

### **FIN DO FORO**

O plenário do Senado aprovou, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue o foro privilegiado para autoridades federais. A PEC 10/2011 segue agora para análise da Câmara dos Deputados. O texto acaba com o foro privilegiado em caso de crimes comuns para a maior parte das autoridades: deputados, senadores, ministros de Estado, governadores, ministros de tribunais superiores, desembargadores, embaixadores, comandantes militares, integrantes de tribunais regionais federais, juízes federais, membros do Ministério Público, procurador-geral da República e membros dos conselhos de Justiça e do Ministério Público. Com isso, as autoridades e agentes públicos responderão a processos iniciados nas primeiras instâncias da Justiça comum.

### **SORTEADO**

O ministro Marco Aurélio Mello será o novo relator do inquérito que investiga o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) no STF, com base na delação dos empresários do Grupo J&F, da empresa JBS. O inquérito foi redistribuído por sorteio eletrônico após o ministro Edson Fachin entender que a investigação não tem relação com a Operação Lava Jato, da qual é relator no Supremo. Uma das questões que o ministro deve levar ao plenário é o pedido de revisão da decisão de não prender Aécio.

### **"PRESSÕES"**

Em carta de despedida a Temer, o ex-ministro da Justiça, Osmar Serraglio, faz um balanço de seus poucos meses de gestão na pasta e diz que Temer sofreu pressões de "trôpegos estrategistas". O peemedebista também fez agradecimentos.

01 JUN 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Marco Aurélio conduzirá investigação de Aécio



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello foi sorteado nesta quarta-feira (31) para conduzir as investigações sobre o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) baseadas nas delações premiadas de executivos da JBS no âmbito da Operação Lava Jato.

Marco Aurélio disse que deverá levar para o conjunto dos ministros recurso de Aécio para derrubar a decisão do ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, que, a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, determinou o afastamento do senador do mandato. ■

### Pizzolato sai da cadeia

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso concedeu ontem (31) progressão para o regime semiaberto ao ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado na Ação Penal 470, o processo do Mensalão, em 2013. Ele está preso na Penitenciária da Papuda, no Distrito Federal. Na decisão, Barroso aplicou a Lei de Execução Penal (LEP) e entendeu que o condenado resgatou os dias necessários para progredir para o regime mais brando.

### Despedida de Serraglio

O deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR), exonerado de cargo ministro da Justiça, escreveu nesta quarta-feira (31) uma carta de despedida, publicada no site da pasta (leia a íntegra ao final desta reportagem), na qual afirma que o presidente da República, Michel Temer, sofreu pressões de “trôpegos estrategistas”. O ex-ministro não especificou de onde vieram as supostas pressões nem nomeou os estrategistas.

### Gravação de Loures

Escutas telefônicas divulgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) mostram o ex-assessor especial da Presidência Rodrigo Rocha Loures defendendo interesses de empresas que atuam nos portos brasileiros. Nas gravações, do dia 8 de maio, publicadas pelo jornal “Folha de S.Paulo”, Loures conversa com Gustavo Rocha, chefe para assuntos jurídicos da Casa Civil. Ele insiste em uma mudança no decreto sobre portos que, segundo investigadores da Polícia Federal, poderia beneficiar a Rodrimar, empresa à qual ele é ligado.

# GAZETA DO POVO 01 JUN 2017

## Empresário do caso Jockey Club é condenado por morte de estudantes em show

**Athayde de Oliveira Neto foi condenado a 14 anos, quatro meses e 24 dias de prisão em regime fechado**

O empresário Athayde de Oliveira Neto foi condenado a 14 anos, quatro meses e 24 dias de prisão pelo crime de homicídio com dolo eventual com motivação torpe. Responsável pela organização de um show de rock em Curitiba, no Jockey Club, que resultou na morte de três adolescentes em 2003, ele vai cumprir a pena em regime fechado conforme decisão proferida nesta quarta-feira (31) após dois dias de julgamento.

Iniciado na última terça-feira (30), o júri se arrastou ao longo da última década após várias tentativas frustradas de dar início à apuração do caso. Em 2014, o julgamento foi adiado a pedido de Dalledone, que alegou não ter encontrado duas testemunhas consideradas fundamentais.

Segundo o Ministério Público do Paraná (MP-PR), responsável pela denúncia, o empresário vendeu mais ingressos do que o lugar era capaz de suportar, ignorando normas de segurança em prol do lucro. Com o atraso na abertura dos portões, o início do show foi marcado por um tumulto generalizado, o que resultou na morte dos jovens. Além disso, outras 50 pessoas foram pisoteadas na confusão.

O julgamento aconteceu na 2.ª Vara Privativa do Tribunal do Júri (TJ-PR), no Centro Cívico de Curitiba, 14 anos após o ocorrido. Athayde Neto era um dos sócios da promotora de eventos

**CONTINUA**



01 JUN 2017

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

responsável pela organização do festival “Unidos Pela Paz”, que reunia as bandas Raimundos, Natiruts, Tihuana e Charlie Brown Jr. De acordo com o MP-PR, o evento foi realizado sem alvará dos bombeiros e da prefeitura. O órgão também alega que a organização teria cometido falhas de segurança.

Defesa recorreu da decisão; MP considerou que resultado positivo

O advogado de defesa, Cláudio Dalledone, afirmou que já recorreu da decisão. “Faremos um recurso substancial de apelação, a decisão foi manifestamente contrária à prova dos autos”. Athayde Neto vai aguardar um novo parecer em liberdade.

Já a assessoria de imprensa do MP-PR informou que o resultado do julgamento atendeu às expectativas do órgão, já que todos os pedidos foram considerados – inclusive a qualificadora por motivo torpe.